

### **3ª Sessão do Seminário História Religiosa Moderna - 17/5/2011 - apresentação**

*A construção da santidade nos conventos femininos de Seiscentos* - Georgina Silva dos Santos (Universidade Federal Fluminense)

Abro hoje a apresentação da 3ª sessão do seminário de História Religiosa – Época Moderna com uma citação. Nunca o fiz nestes intróitos preliminares. Decidi proceder assim porquanto a aludida citação deixa claro e vinca bem aquilo que sempre presumi ao pensar nas configurações que assumiria a vida devocional dos conventos. Esta comportaria a presença maciça de imagens de santos numa profusão reveladora da importância que assumiam na vida quotidiana das freiras e monjas.

O trecho refere-se ao mosteiro cisterciense feminino de Cós, perto de Alcobaça, estudado por Saul Gomes e Cristina Sousa, em livro que recomendo, intitulado *Intimidade e encanto. O mosteiro cisterciense de S.ta Maria de Cós (Alcobaça)* (Leiria, 1998). Atente-se na perícopes:

“[as monjas] tinham no convento um leque muito razoável de santos e devoções distribuídas pelos mais diversos altares e oratórios, quer na igreja, quer no coro, quer no interior do convento, especialmente no claustro, quer nas próprias celas das religiosas e ainda na própria cerca. A sua iconografia, distribuição espacial e valor artístico denunciam o lugar ocupado nas preocupações contemplativas espirituais” da comunidade cisterciense.

São identificadas pelos autores, posteriormente, várias capelas dedicadas ao culto de certos santos existentes no interior do mosteiro, algumas delas ainda existentes e visíveis em painéis de azulejos e pinturas: refere-se S. Bento e S. Bernardo (naturalmente), mas também S. Francisco, S. José, S. João Baptista e uma vasta quantidade de capelas com diversas invocações marianas, as mais abundantes, figurando também santas como Santa Umbelina (esta irmã de S. Bernardo), Santa Mafalda, Rainha Santa, etc.

A julgar por este exemplo de Cós as devoções eram variadas, apesar de se notar uma “profunda e intensa centralidade mariana” para usar a avaliação dos autores, o que era natural e não diferia do padrão geral. Não me reporto exclusivamente ao que se depararia nos cenóbios

de religiosas, mas antes em todo o Portugal, como se pode comprovar, por exemplo, no que sobre a matéria escreveu João Francisco Marques *na História Religiosa de Portugal*.

Por outro lado, destaca-se neste estudo, que o próprio papado estimulava o culto dos santos através da concessão de indulgências, aspecto que tenho visto pouco estudado e que julgo merecer mais atenção. Por exemplo, em Agosto de 1631, o papa Urbano VIII, garantia a remissão plenária dos pecados das monjas que nas festas da Anunciação da Virgem, de S. João Baptista e de S. Bernardo, desde que devidamente confessadas e comungadas, se mantivessem em oração mental nas capelas respectivas existentes no mosteiro, desde a véspera do dia da festa até ao por do sol. O que era, sem dúvida, uma forma de estimular certas devoções pelos prémios salvíficos que daí poderiam decorrer para além de incentivar a prática da oração mental.

Refere-se ainda neste livro de Saul Gomes e de Cristina Sousa a existência de imagens milagrosas, como uma que em 1698 teria salvo uma das monjas de morrer asfixiada pela ingestão de "hum bocado de dobrada de vaca", bem como de ricas e valiosas imagens oriundas da Índia, esculturas de santos existentes no jardim, o qual sempre estava composto de flores exemplarmente tratadas pelo desvelo das monjas e explica-se ainda que no próprio ciclo festivo da vida comunitária havia alguns santos que ocupavam lugar destacado. Era o caso de S. Bernardo e de S. Bento dois dos tempos mais celebrados. Nesse períodos, para além de festa que se repercutia em mesa mais abastada para as monjas, era comum convidarem-se pregadores para proferir sermões custeados pelo mosteiro, os quais constituíam um modo de instrução mas também de criação e reprodução de uma certa cultura institucional, que tendia a fazer com que os membros destas comunidades se identificassem com os seus próprios santos e com os ritmos de vida que eles impunham nas rotinas quotidianas. Processo que era acompanhado por ciclos de pintura e azulejaria que ornavam as paredes do mosteiro.

Em suma, os santos parece que assumiam funções muito importantes do cenóbio em geral e na vida individual das que o habitavam. Eram propulsores e alimento de devoções individuais e interiores, mas igualmente instrumento de distração e desenfado, intercessores em momentos de aflição, através das suas representações

educadores estéticos e assinaladores de riqueza material, e até modo de promoção externa do próprio prestígio da comunidade, porquanto algumas imagens miraculosas e o ciclo de festas eram aproveitados para exteriorizar o prestígio da congregação monacal na comunidade envolvente, suscitando inclusivamente romarias e peregrinações dos devotos.

A partir deste caso, um dos poucos que conheço para Portugal onde a matéria é abordada nesta perspectiva, pode compor-se um questionário a que seria útil que a historiografia pudesse vir a responder. Era este panorama universal? A vida das religiosas individualmente e das comunidades colectivamente consideradas também se distinguia pelo modo como se relacionavam com a santidade? Que papel tinham os santos como formas de vencer o tempo longo dos silêncios frequentes que as regras comunitárias impunham? Havia panteões de santos privilegiados em função das regras dos conventos? Que formas concretas de devoção se praticavam em louvor dos santos? Oração vocal, oração mental, mortificações, jejuns? Serviam os modelos de santidade como espelhos de conduta da vida em clausura? Foram ou não os santos estimulantes para a proliferação de experiências místicas e projectos de santidade por parte de religiosas? E até que ponto a vulgarização de uma mentalidade aberta à ideia do milagre não decorria da intensidade do culto dos santos no interior dos mosteiros? Estimulavam os santos e as suas representações imagéticas formas de emulação e de vaidade no interior das claustras? Que custos materiais tinham todas estas devoções, pois muitas foram fonte da edificação de construções arquitetónicas, de escultura, gravuras, pinturas, azulejaria, as quais, na maior parte das vezes estudados pelos historiadores da arte e pouco ou mal aproveitadas por quem se interessa pela história religiosa. Quem patrocinava este aparato? Existiam para além das imagens, muitas relíquias de santos nos conventos? Que tipo de relíquias? De onde eram provenientes? E como se relacionavam as freiras com uma das correligionárias quando, ainda em vida, ia ganhando contornos de santidade? Era isso motivo de união ou de desagregação no seio da claustra? Como era consumida a literatura hagiográfica nos conventos e de que forma contribuía para moldar devoções privadas e comunitárias, pois este foi género literário

que teve inúmeras leitoras, como recordou num excelente artigo, já com alguns anos, Maria de Lurdes Correia Fernandes, refiro-me “Recordar os "santos vivos": leituras e práticas devotas nas primeiras décadas do século XVII português (Via Spiritus, 1994)”? Lia-se em silêncio ou havia leituras comunitárias? Através do livro, de manuscritos, de ambos?

Enfim, as perguntas podem ser estas e tantas outras. Este não é uma questionário exaustivo, nem sequer muito coerentemente organizado, confesso. Mas não é fácil responder a todas, uma vez que, como se sabe, dos riquíssimos espólios documentais produzidos por estas instituições pouco perdurou em Portugal para além de normas, regras, constituições e documentação económica, o que normalmente fica bem expresso na maior parte dos estudos produzidos sobre instituições monásticas portuguesas, de que é bom exemplo o de FERNANDES, Maria Eugénia Matos - *O mosteiro de Santa Clara do Porto em meados do séc. XVIII (1730-80)* . Porto (1992).

Mas esta escassez de fontes deve ou pode funcionar como um estímulo para o engenho do historiador. Foi esse desafio o que colocámos à Doutora Georgina Santos, da Universidade Federal Fluminense que actualmente, no âmbito do seu programa de pós-doutoramento, labora em pesquisa intitulada *Freiras de Moisés. O marranismo nos conventos portugueses seiscentistas (1605-1674)*. São também primícias dessa pesquisa que aqui nos trará e muito lhe agradecemos a sua disponibilidade.

*José Pedro Paiva*